

Mais telex. São os bancos, confirmando mais dólares.

O impacto maior da aprovação do Decreto-Lei nº 2.065 sobre a disposição dos banqueiros internacionais em emprestar ao Brasil foi sentido ontem, quando as máquinas de telex do Citicorp, em Nova York, estiveram abarrotadas com mensagens de bancos de todo o mundo, confirmando a participação no novo empréstimo de US\$ 6,5 bilhões ao Brasil. No fim do dia, US\$ 4 bilhões já estavam comprometidos.

Entre as instituições financeiras que confirmaram ontem sua participação no empréstimo ao Brasil estavam os três grandes bancos da Suíça, que, segundo o presidente da Associação dos Bancos Suíços, Georges Blum, deram ontem "luz verde" para seu aporte de 110 milhões de francos suíços, o que representa cerca de 5% do total a ser emprestado.

Falando ao nosso correspondente nos EUA, John Alius, o chairman do comitê internacional de bancos que assessora o Brasil na renegociação de sua dívida externa, William Rhodes, previu que na segunda-feira (os bancos norte-americanos estarão fechados hoje devido às comemorações do Dia Nacional dos Veteranos) já terão chegado novas confirmações de participação no empréstimo, suficientes para satisfazer o FMI.

— Estou certo — acrescentou Rhodes — que na segunda-feira teremos chegado à "massa crítica" que o FMI exige dos bancos privados.

A "massa crítica" à qual Rhodes se refere é a porcentagem dos US\$ 6,5 bilhões com a qual os bancos devem comprometer-se, antes que o Fundo também coopere com o Brasil. Rhodes, por solicitação do FMI, não revelou os números da "massa crítica", mas outros representantes de bancos oficiais calcularam que esse índice deve estar entre 80 e 90% do valor total.

A revelação de Rhodes, de que US\$ 4

bilhões estavam comprometidos ontem à noite, significa que os homens entraram com US\$ 1 bilhão na quinta-feira. Na quarta-feira, apenas US\$ 3 bilhões estavam confirmados.

O dinheiro começou a chover depois da notícia da aprovação do Decreto-Lei nº 2.065 pelo Congresso brasileiro. Até então, os banqueiros internacionais estavam relutantes em aumentar seus créditos ao Brasil, que já tem uma dívida de cerca de US\$ 90 bilhões. Os bancos temiam a galopante inflação brasileira, e foram necessários vários meses para que o comitê de Rhodes conseguisse juntar a quantia de US\$ 1,5 bilhão que tinha em mãos antes da aprovação do decreto.

"Agora, de repente, tornou-se fácil conseguir novos compromissos", disse outro membro do comitê ontem à noite. "Os telex estão chegando mais rapidamente do que se esperava", disse Rhodes, "e não há uma procedência única para eles, tanto geograficamente quanto no que se refere à dimensão dos bancos. Eles vêm de todas as partes do mundo e de todos os tipos de bancos".

O Citibank alegou ontem, perante o juiz Augustinho Fernandes Dias da Silva, da 6a. Vara Federal, no Rio, incompetência da Justiça brasileira para julgar a ação popular movida pelo vereador Hélio Fernandes Filho e pelo advogado Paulo Matta Machado para anular o acordo 2, firmado entre o governo brasileiro e os bancos estrangeiros credores do País.

Segundo o Citibank, o foro da Justiça do Estado de Nova York é o adequado para julgar a ação popular, e não o foro brasileiro, como pretendem os autores da ação. Segundo ele, ao assinar o acordo 2, o País teria renunciado às leis e aos tribunais brasileiros, submetendo-se à Justiça de Nova York e de Londres, em caso de desacordo entre as partes.